

### PROC. N° TST-E-RR-13.762/90.4

**A C Ó R D Ã O** (Ac. SDI - 1929/95) VA/bz

Recurso de embargos a que não se conhece por não se vislumbrar a alegada ofensa ao art.896 da CLT.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos em Recurso de Revista nº TST-E-RR-13.762/90.4, em que é Embargante SEVERINO ALVES BEZERRA e Embargado BANCO REAL S/A.

Inconformado com a r. decisão de fls. 402/407, da Eg. 3ª Turma, que não conheceu de seu recurso de revista, o reclamante interpôs o presente recurso de embargos, às fls. 409/413, alegando ofensa ao art. 896 da CLT, sob o argumento de que seu apelo extraordinário merecia conhecimento por divergência jurisprudencial em relação aos temas ajuda de custo e horas extras.

Admitido através do r. despacho de fls. 415, o recurso recebeu as contra-razões de fls. 416/417.

A d. Procuradoria Geral opinou pelo não conhecimento dos embargos.

É o relatório.

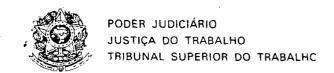
VOTO

VIOLAÇÃO AO ART. 896 DA CLT

a) AJUDA DE CUSTO

Pleiteou, o autor, com base no princípio da isonomia, o pagamento de ajuda de custo porque paga a outros empregados do Banco-reclamado.

Asseverou o Regional que, no que concerne à ajuda de custo, o laudo pericial informa que os dois primeiros paradigmas indicados na inicial recebem a ajuda de custo em substituição à parcela de



# PROC. N° TST-E-RR-13.762/90.4

horas extras que antes lhes era paga, sendo que para evitar a redução salarial, a empresa passou a pagar a verba sob outra denominação; o terceiro é oriundo de Brasília, onde o direito consta de normas coletivas, e o último nunca recebeu a ajuda de custo, não havendo, por tais razões, como deferi-la, ao autor.

5 9 .. 5 5 ..

O aresto transcrito no recurso de revista, às fls. 371, revelava-se inespecífico por retratar realidade fática diversa da dos autos ao consignar que a ajuda de custo, paga imotivadamente e sem finalidade própria, é parcela integrante do salário como gratificação ajustada, sendo devida a todos os funcionários face ao princípio constitucional da isonomia; enquanto que na hipótese sub examen ficou claro, através da prova pericial, que a ajuda de custo não era indistintamente concedida, sendo paga somente a alguns funcionários e de forma justificada.

Inespecífico o aresto invocado neste tópico, tem-se como incólume o art. 896 da CLT; mesmo porque nos termos da jurisprudência pacífica desta Corte, não ofende o art. 896 da CLT decisão de Turma que, examinando premissas concretas de especificidade da divergência colacionada no apelo revisional, conclui pelo conhecimento ou desconhecimento do recurso.

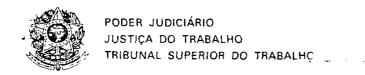
Com precedentes, cito: E-RR-42.803/92, Ac.SDI 471/95, DJ de 31.03.95, Rel. Min. Armando de Brito; E-RR-30.445/91, Ac.SDI 292/95, julgado em 20.02.95, Rel. Min. Armando de Brito; E-RR-78.629/93, Ac.SDI 4874/94, julgado em 17.03.95, Rel. Min. Ney Doyle.

Não conheço, pois, do tema.

#### b) HORAS EXTRAS

A Instância Regional excluiu da condenação o pagamento de horas extras no período em que exerceu o autor as funções de procurador, por considerar que tal cargo é eminentemente de confiança, e também porque à época percebia o autor gratificação de função superior a 1/3 do seu salário e seu horário de trabalho não ultrapassava oito horas diárias.

O aresto de fls. 374 tido como divergente pelo embargante, e referente ao mesmo Banco-reclamado, não autorizava o conhecimento da revista, tal como já dito no acórdão embargado, por



#### PROC. N° TST-E-RR-13.762/90.4

enfrentar, tão somente, a questão do exercício da função de confiança, sem enfrentar, todavia, a questão fática de que o reclamante percebia gratificação superior a 1/3 de seu salário e sua jornada de trabalho era de oito horas.

Assim, presente, sem dúvida, o óbice do Enunciado 23 ao conhecimento da revista, não há como se vislumbrar ofensa ao art. 896 da CLT.

Ademais, como já dito anteriormente, não ofende o art. 896 da CLT decisão de Turma que, examinando premissas concretas de especificidade da divergência colacionada no apelo revisional, conclui pelo conhecimento ou desconhecimento do recurso.

Não conheço dos embargos também  $\bar{\text{neste}}$  tópico. É o meu voto.

# ISTO POSTO

ACORDAM os Ministros da Seção Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, não conhecer integralmente os embargos.

Brasilia, 06 de junho de 1995.

					<del></del> _
JOSÉ	AJURICABA	DA	COSTA	E	SILVA
Presidente					
VANTUIL ABDALA					
	R	elatoi	•		

Ciente:

AFONSO HENRIQUE LUDERITZ DE MEDEIROS
Subprocurador-Geral do Trabalho